
ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE ITAPETIM

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPETIM-PE
RESOLUÇÃO DE Nº03, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025

Ementa: Dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de Itapetim/PE, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPETIM-PE, no

Uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, apresenta a seguinte resolução:

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito desta Câmara Municipal, estabelecendo competências, procedimentos e providências a serem observadas, visando garantir a proteção de dados pessoais, com os seguintes fundamentos:

I - O respeito à privacidade;

II - A autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Parágrafo único - Para os fins desta Resolução, adotam-se as terminologias previstas no artigo 5º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, bem como os princípios estabelecidos em seu artigo 6º.

Art. 2º - Compete à Câmara Municipal:

I - Designar o Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, bem como estabelecer normas complementares sobre suas atribuições;

II - Expedir e revisar normas regulamentares, necessárias e indispensáveis, à implementação dos procedimentos para o cumprimento das disposições da Lei n. 13.709/2018;

III - Assegurar o cumprimento das normas relativas à proteção dos dados pessoais, de forma adequada aos objetivos da Lei n. 13.709/2018.

CAPÍTULO II - Do Tratamento Dos Dados Pessoais Pela Câmara Municipal

Art. 3º - Considera-se como tratamento de dados, toda e qualquer operação realizada com os dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação,

avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Art. 4º - O tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Legislativo Municipal, deverá observar a boa-fé a ser realizado para o atendimento da finalidade pública, na persecução do interesse público, tendo o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, observado as exigências do art. 23, inciso I e III da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º - As hipóteses legais de tratamento de dados pessoais deverão ser devidamente identificadas e definidas, mantendo os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse;

Art. 6º - O registro de que trata o artigo 4º também deverá ser realizado por qualquer pessoa jurídica (ou física que se enquadre no âmbito de aplicação da LGPD) contratada pela Câmara Municipal.

Art. 7º - Os editais de Licitações, as dispensas de licitação, as inexigibilidades de licitação, assim como os instrumentos contratuais utilizados para estabelecer as relações de serviço com a Câmara Municipal, deverão mencionar expressamente a possibilidade de verificação da adoção das instruções e normas pela contratada no que se refere a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), estando sujeitos a penalidades administrativas decorrentes da Lei de Licitações.

Art. 8º - No tratamento de dados pessoais cujo acesso é público será sempre considerado a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização;

Art. 9º - O tratamento posterior dos dados pessoais, cujo acesso é público ou tomados manifestadamente públicos, poderá ser realizado para novas finalidades, desde que observados os propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento e a preservação dos direitos do titular, assim como os fundamentos e os princípios previstos na Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º - Excetua-se do disposto no caput deste artigo, o tratamento de dados previsto no art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 2º - Do mesmo modo, deve lembrar que em qualquer hipótese de tratamento, existe diversas leis que operam juntamente com a LGPD, como a Lei de Acesso à Informação, Lei do Arquivos Públicos, resoluções do CONARQ, e outras leis e regulamentos em vigor.

Art. 10º - Quando os dados pessoais estiverem contidos em documentos arquivísticos, qualquer que seja o suporte ou formato, esses dados poderão ser tratados no contexto da LGPD, mas os documentos arquivísticos propriamente ditos, deverão seguir os procedimentos definidos pelas regulamentações específicas que deverão ser editadas no âmbito da Câmara Municipal.

Art. 11º - O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos do art. 14 da LGPD e da legislação pertinente.

Art. 12º - O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; e sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses previstas no inciso II, art. 11 da LGPD.

Art. 13º - A Câmara Municipal elaborará relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, na forma que será disposto em resolução.

CAPÍTULO III - Dos Direitos de Titulares

Art. 14 ° - Os direitos do titular de dados pessoais, em qualquer caso, serão ponderados com o interesse público de conservação de dados históricos, preservação da transparência da instituição e das condutas de agentes públicos, no exercício de suas atribuições, e divulgação de informações relevantes à sociedade, no exercício da democracia.

Art. 15 ° - O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar, em relação aos seus dados, mediante requerimento endereçado ao setor de proteção de dados, cujo contato deverá ser disponibilizado nos canais oficiais da Câmara Municipal.

Art. 16 ° - As informações prestadas em resposta ao requerimento apresentado, poderão ser fornecidos pela Câmara:

I - Por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim;

II - Sob forma impressa.

Art. 17 ° - Os padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência serão regulamentadas em regulamentações próprias desta Casa Legislativa.

Art. 18 ° - O pedido de dados pessoais solicitado pelo titular não se confunde com o pedido realizado com fundamento na Lei n. 12.527/2011, mantendo-se válidos os dispositivos que restringem o acesso a informações pessoais por terceiros, neles previstos.

Parágrafo único. Deverá constar do respectivo termo de uso as informações pessoais tratadas pela Câmara Municipal que puderem ser fornecidas por meio de solicitação fundamentada na Lei n. 12.527/2011 e no Ato da Mesa n. 45/2012.

CAPÍTULO IV - Do Encarregado de Dados

Art. 19 ° A Câmara Municipal deverá indicar um Encarregado de Dados, conforme as exigências do art. 41, da LGPD no âmbito da Câmara Municipal.

§1° - A indicação poderá se dar por meio contrato de prestação de serviços – DPO as a service – ou por meio de nomeação de servidor, pertencente ao quadro efetivo ou não, sendo que:

- a) deve possuir conhecimentos multidisciplinares essenciais à sua atribuição, preferencialmente conhecimentos relativos à privacidade e proteção de dados pessoais, segurança da informação, governança de dados e ao acesso à informação no setor público;
- b) deve receber contínuo aperfeiçoamento relacionado aos conhecimentos de que trata a alínea “a” deste artigo;
- c) não poderá ser designado para desenvolver atividades nas unidades de tecnologia da informação ou para atuar como gestor responsável por sistemas de informação no órgão e entidade.

§2° - O disposto no §1° deste artigo não impede que a Câmara Municipal, possa indicar servidor(es), para desempenhar, em interlocução com o Encarregado de Dados, as atividades previstas nos incisos I e III do §2° do artigo 41 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e as demais atividades que porventura poderão ser regulamentadas posteriormente.

Art. 20 ° - O Encarregado de Dados atuará como canal de comunicação entre a Câmara Municipal, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como com outras entidades de proteção de dados pessoais com

as quais a Câmara Municipal estabeleça acordo de serviço ou de cooperação técnica.

Art. 21 ° - As atribuições do Encarregado de Dados estão expressas no §2º do Art. 41 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como a Câmara Municipal poderá estabelecer normas complementares sobre suas atribuições e qualificações técnicas.

Art. 22 ° - A identidade e as informações de contato do Encarregado de Dados serão publicadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal.

CAPÍTULO V- Do Incidente de Segurança

Art. 23 ° - A Câmara Municipal deverá elaborar plano de ação em caso de ocorrência de incidente de segurança, com definição dos procedimentos necessários para o fiel cumprimento da Lei nº 13.709/2018.

§ 1º A Câmara Municipal verificará a gravidade do incidente e poderá, ouvido os órgãos técnicos, caso necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares, determinar à unidade administrativa responsável pelo tratamento dos dados a adoção de providências, tais como:

I - Divulgação ampla do fato em meios de comunicação, especialmente no portal Câmara Municipal;

II - Medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

§2º No juízo de gravidade do incidente, será avaliada eventual comprovação de que foram adotadas medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para terceiros não autorizados a acessá-los.

CAPÍTULO VI – Dos Conceitos

Art. 24° - Para efeitos desta Resolução, aplicam-se os conceitos definidos no art. 5º da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente:

I – Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

II – Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

III – Dado pessoal sensível: dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, entre outros definidos por lei;

IV – Controlador: a Câmara Municipal, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

V – Operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador; VI –

Encarregado: pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.

CAPÍTULO VII – Das Diretrizes e Bases Legais

Art. 25° - O tratamento de dados realizado no âmbito da Câmara Municipal deverá observar os princípios previstos no art. 6º da LGPD, especialmente:

I – Finalidade legítima, específica e informada;

II – Adequação e necessidade do tratamento;

III – Livre acesso, qualidade, transparência e segurança dos dados;

IV – Prevenção de danos e responsabilização;

V – Não discriminação e boa-fé.

Art. 26° - Além da LGPD, devem ser observadas as normas correlatas, como:

- I – Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- II – Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados);
- III – Demais normas municipais ou federais que regulem a transparência, controle e acesso à informação pública.

CAPÍTULO VIII – Da Fiscalização e Auditoria

Art. 27º - A fiscalização da aplicação desta Resolução será de responsabilidade:

- I – Internamente, pela Mesa Diretora da Câmara Municipal e pela Controladoria, se houver;
- II – Externamente, pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PE) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Art. 28º - A Câmara poderá realizar auditorias internas e/ou externas com o objetivo de verificar a conformidade com as normas de proteção de dados.

CAPÍTULO IX – Da Responsabilidade dos Servidores

Art. 29º - Os servidores públicos da Câmara Municipal, efetivos, comissionados ou contratados, que atuarem no tratamento de dados pessoais, devem:

- I – Observar o sigilo das informações pessoais a que tiverem acesso;
- II – Atuar conforme os princípios e fundamentos da LGPD;
- III – Participar de capacitações promovidas pela Câmara;
- IV – Responder, na forma da lei, por eventuais danos causados por ação ou omissão indevida.

CAPÍTULO X – Da Responsabilidade dos Operadores

Art. 30º - As pessoas jurídicas ou físicas contratadas pela Câmara Municipal para realizar o tratamento de dados pessoais, na qualidade de operadores, deverão:

- I – Cumprir as instruções do controlador e os dispositivos legais vigentes;
- II – Adotar medidas de segurança e sigilo sobre os dados tratados;
- III – Informar à Câmara sobre qualquer incidente de segurança;
- IV – Responder solidariamente por danos causados aos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

Art. 31º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações próprias, do orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 32º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 33º - Revogam-se às disposições em contrário a presente norma.

JOSÉ JUNIO MOREIRA DA SILVA
Presidente- Poder Legislativo

ANTÔNIO JUNIOR DE LIMA E SILVA
Vice- Presidente

CLEÚBIA DO NASCIMENTO SILVA
1º Secretária

Publicado por:
Dayse Maryland Nunes Jordão
Código Identificador:8D1EDB9D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 20/10/2025. Edição 3953

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>